

A Atuação do Assistente Social na Saúde:

Contribuições para o Debate

Soraya Araujo
Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



A Atuação do Assistente Social na Saúde:

Contribuições para o Debate

Soraya Araujo
Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andreza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

A atuação do assistente social na saúde: contribuições para o debate

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Flávia Roberta Barão
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A886 A atuação do assistente social na saúde: contribuições para o debate / Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-114-2
DOI 10.22533/at.ed.142212605

1. Saúde. 2. Assistente social. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa (Organizadora). II. Título.

CDD 362.1042

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Uma década após o lançamento pelo Conselho Federal de Serviço Social – CFESS do documento *Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde*, reunimos nessa coletânea a multiplicidade de experiências profissionais de Assistentes Sociais na área da saúde pública.

A coletânea *A atuação do Assistente Social na Saúde: contribuições para o Debate* reúne 09 artigos dentre os quais estão presentes as discussões sobre: extensão universitária, hospital escola, linha de frente e enfrentamento Covid-19, fiscalização profissional, envelhecimento e Serviço Social português.

Os artigos são frutos de pesquisas, relatos de experiências e ensaios teóricos e colocam em evidência o cotidiano dos serviços, os desafios enfrentados por esses profissionais diante do agravamento das expressões da *Questão Social* na atual conjuntura.

Dessa forma, convidamos o leitor a conhecer os trabalhos, partilhar experiências, reflexões e resultados alcançados no processo de produção e socialização do conhecimento.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE EXTENSÃO REDE INTERNA DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA: CONTRIBUIÇÕES NO PROCESSO DE DESNATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA

Renata Alves César Fernandes
Soraya Araújo Uchoa Cavalcanti
Christiane Virginio de Oliveira Barbosa
Evandro Alves Barbosa Filho

DOI 10.22533/at.ed.1422126051

CAPÍTULO 2..... 13

PROMOÇÃO DA SAÚDE, TABAGISMO E REDUÇÃO DE DANOS NO SUS: A EXPERIÊNCIA VINCULADA AO PROJETO DE EXTENSÃO PODE RESPIRAR! DISCUTINDO PROMOÇÃO DA SAÚDE NO SUS/UPE

Soraya Araújo Uchoa Cavalcanti

DOI 10.22533/at.ed.1422126052

CAPÍTULO 3..... 24

IMAGEM DO SERVIÇO SOCIAL EM UM HOSPITAL ESCOLA: TENSÕES ENTRE CONTINUIDADES E RUPTURAS

Reinaldo dos Santos Mendes da Silva
Danielle Viana Lugo Pereira
Edna Tania Ferreira da Silva
Alecsonia Pereira Araujo

DOI 10.22533/at.ed.1422126053

CAPÍTULO 4..... 36

O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NOS HOSPITAIS DE REFERÊNCIA AO ENFRENTAMENTO DA COVID-19 EM JOÃO PESSOA- PARAÍBA

Jaqueline Figueredo Silva
Maria Betania Gomes da Silva
Danielle Viana Lugo Pereira
Valéria Costa Aldeci de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.1422126054

CAPÍTULO 5..... 50

O TRABALHO E A CHEGADA DA VELHICE NA CONJUNTURA ATUAL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE

Jozadake Petry Fausto Vitorino

DOI 10.22533/at.ed.1422126055

CAPÍTULO 6..... 63

ASSÉDIO MORAL: ESTRATÉGIAS CONTEMPORÂNEAS DE CONTROLE DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

Pedro Leonardo Cedrola Vieira
Gabriela Santos Gomes

Michelle Noce

DOI 10.22533/at.ed.1422126056

CAPÍTULO 7..... 73

**A DISCIPLINA DE METODOLOGIA CIENTÍFICA NOS CURRÍCULOS DE GRADUAÇÃO
EM SERVIÇO SOCIAL EM PORTUGAL**

Kathiuscia Aparecida Freitas Pereira Coelho

Olegna de Souza Guedes

DOI 10.22533/at.ed.1422126057

CAPÍTULO 8..... 78

CRIANÇAS DO CÁRCERE: O DESENVOLVIMENTO INFANTIL INTRAMUROS

Mário Milcíades Martins Meira Neto

DOI 10.22533/at.ed.1422126058

CAPÍTULO 9..... 86

**PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: SUBSÍDIOS PARA O EXERCÍCIO
DA PRÁTICA PROFISSIONAL**

Daiane Neves da Silva e Santos

DOI 10.22533/at.ed.1422126059

SOBRE A ORGANIZADORA..... 99

ÍNDICE REMISSIVO..... 100

PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: SUBSÍDIOS PARA O EXERCÍCIO DA PRÁTICA PROFISSIONAL

Data de aceite: 24/05/2021

Data de submissão: 01/03/2021

Daiane Neves da Silva e Santos

UNIGRAD

Itabuna/BA

<http://lattes.cnpq.br/8832579889775318>

RESUMO: Este artigo objetiva a reflexão de subsídios teórico-práticos para o fazer profissional dos/as Assistentes Sociais. Trata-se de uma pesquisa descritiva de natureza qualitativa, realizada com 07 (sete) Assistentes Sociais em um hospital público no município de Ilhéus-BA, no mês de abril do ano de 2014, com o objetivo de averiguar se durante o exercício da prática profissional, os/as Assistentes Sociais se apropriam do Projeto Ético-Político para formulação de propostas de trabalho que vão além das demandas institucionais e identificar os instrumentos incorporados pelos Assistentes Sociais, que coadunam na materialização da relativa autonomia. Para alcançar os objetivos propostos, foi aplicado um questionário semiestruturado tendo em vista a possibilidade de melhor compreensão dos participantes nas perguntas. Os resultados do estudo revelaram que os profissionais utilizam o projeto Ético-Político e Código de Ética no cotidiano da sua prática enquanto instrumento de defesa da garantia dos direitos dos usuários, dentro do limite da sua autonomia. Espera-se que as discussões elencadas no decorrer do trabalho,

contribuam para a compreensão e fortalecimento coletivo frente ao cenário atual de precarização do trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Autonomia Relativa. Saúde. Serviço Social e Projeto Ético-Político.

ETHICAL-POLITICAL PROJECT OF THE SOCIAL SERVICE: SUBSIDIES FOR THE PRACTICE OF PROFESSIONAL PRACTICE

ABSTRACT: This article aims to reflect on theoretical-practical subsidies for the professional work of Social Workers. This is a qualitative descriptive research, carried out with 07 (seven) Social Workers in a public hospital in the municipality of Ilhéus-BA, in April 2014, with the objective of verifying whether during the exercise of the practice professional, the Social Assistants take ownership of the Ethical-Political Project to formulate work proposals that go beyond institutional demands and identify the instruments incorporated by Social Assistants, which contribute to the materialization of relative autonomy. To achieve the proposed objectives, a semi-structured questionnaire was applied with a view to the possibility of better understanding of the participants in the questions. The results of the study revealed that professionals use the Ethical-Political project and Code of Ethics in their daily practice as an instrument to defend the guarantee of users' rights, within the limits of their autonomy. It is expected that the discussions listed during the work, contribute to the collective understanding and strengthening in the face of the current precarious work scenario.

KEYWORDS: Relative Autonomy. Cheers. Social Service and Ethical-Political Project.

1 | INTRODUÇÃO

O Presente trabalho é derivado da monografia apresentada em 2014 como exigência para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, cujo tema foi: A materialização da relativa autonomia dos/as Assistentes Sociais no espaço sócio-ocupacional em um hospital público no município de Ilhéus-BA.

A reflexão que se propõe neste estudo, consiste em discutir a prática profissional pautada pelo Projeto Ético-Político da profissão, levando em consideração a relativa autonomia dos assistentes sociais inseridos no espaço sócio-ocupacional. Visando uma melhor apreensão das controvérsias que limitam a autonomia do/a profissional no cotidiano do exercício do seu trabalho na contemporaneidade, a problemática dessa pesquisa funda-se em discutir: até que ponto os/as Assistentes Sociais que desenvolvem o seu trabalho em um hospital do município de Ilhéus-BA, se apropriam da relativa autonomia na sua prática cotidiana para defender os direitos dos usuários?

Apodera-se como hipótese, que embora os/as assistentes sociais sejam considerados um trabalhador inserido na relação de compra e venda da força de trabalho se apropriam do projeto Ético-Político e dos instrumentos teóricos-metodológicos associados á relativa autonomia para defender os direitos dos usuários e o seu espaço de trabalho.

Projeto Ético-Político da profissão se baseia no reconhecimento da liberdade como elemento central de recusa ao autoritarismo e arbitrarismo. É neste panorama que Netto (1999, p. 105), discute o Projeto Ético Político com base nas protoformas políticas que corroboram para o aprimoramento intelectual associado à ênfase na formação acadêmica qualificada, alicerçada em concepções teórico-metodológicas críticas e concretas.

O objetivo dessa pesquisa é averiguar se durante o exercício da prática profissional, os/as Assistentes Sociais se apropriam do Projeto Ético-Político para a formulação de propostas de trabalho que vão além das demandas institucionais e identificar os instrumentos incorporados pelos Assistentes Sociais, que coadunam na materialização da relativa autonomia.

Assim, esta pesquisa torna-se pertinente por contribuir com o debate da relevância do Projeto Ético-Político em consonância com a relativa autonomia na atuação profissional, além de possibilitar para os profissionais que trabalham nesses espaços, uma reflexão a respeito do seu fazer profissional e da sua postura frente aos desafios que se deparam cotidianamente nas instituições.

2 | REVISÃO DE LITERATURA

2.1 O SUS e o Serviço Social: as demandas institucionais, a práxis profissional e o trabalho dos/as assistentes sociais em equipe multidisciplinar

Nos anos 30, o Brasil aprecia no seu estágio de desenvolvimento do capital maduro. Neste cenário, observa-se que as transformações, políticas, econômicas, culturais e sociais que o país atravessava, implicaram em fortes lutas contra o desenvolvimento desigual e excludente. Embora o contexto fosse permeado de um cenário ditatorial, as lutas sociais e os conflitos de classes estavam presentes na relação de antagonismo entre capital e trabalho.

É notório que a concretização da Reforma Sanitária e conseqüentemente a criação e institucionalização do Sistema Único de Saúde-SUS, não se deu pacificamente. É fruto de muitas lutas, ocorridas em um longo processo de reformulação da Política Nacional de Saúde, imbuída de contradições num cenário de transformações político-econômicas e de descaso no acesso à saúde para a população empobrecida. Neste ínterim, a classe menos favorecida, representava o descontentamento da população em busca do movimento sanitário.

É nessa conjuntura, que o serviço social tem no setor da saúde um espaço de trabalho, momento em que o estado contrata estes profissionais e, a partir daí, passa-se a expandir as possibilidades de intervenção dos/as assistentes sociais, muito embora numa perspectiva ainda conservadora, cuja prática se pautava numa lógica de respostas imediatas aos problemas pontuais relacionados à saúde da população, e assim, manter o controle do capital.

Isto supõe que no setor da saúde, o Estado cumpre com o seu papel de interventor e formulador de mecanismos de controle da classe dominada para a manutenção da hegemonia burguesa, como é o caso da política social de saúde.

Além de tantos outros determinantes que culminaram para a ampliação e reformulação da prática profissional nessa conjuntura, Bravo e Matos (2006, p. 199), ressaltam que o novo conceito de saúde, elaborado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), com enfoque aos aspectos biopsicossociais, determinou a requisição de outros profissionais para atuar no setor, entre eles o assistente social.

Outro determinante que favoreceu a ampliação profissional foi o agravamento das condições de saúde da população, com ênfase aos países periféricos. Onde, organismos internacionais estabeleceram o modelo de trabalho em equipe multidisciplinar, não para a melhoria da prestação de saúde, mas para “suprir a falta de profissionais como solução racionalizadora”. A partir de então, são introduzidos conteúdos preventivos e educativos, pois a universalização da saúde já não era viável. (BRAVO e MATOS, 2007, p. 28).

Com efeito, a atuação dos Assistentes Sociais é direcionada às práticas educativas nos hábitos de higiene e saúde, como também, em programas prioritários estabelecidos

pela normatização da política de saúde.

A despeito das demandas apresentadas ao Serviço Social no campo da saúde, via de regra, estas são calcadas na lógica institucional, razão pela qual, os/as assistentes sociais demonstram fragilidades no processo de trabalho ao se inserir/em na esfera da mercantilização, cujas relações entre os profissionais e as instituições empregadoras, são direcionadas na ótica da compra e venda da força de trabalho. A partir daí, a práxis profissional se colide com as exigências institucionais e a defesa dos direitos dos usuários.

Segundo Faleiros (2011, p. 31), as instituições sociais são organizações específicas de política social, embora se apresentem como organismos autônomos e estruturados em torno de normas e objetivos manifestos. Esses elementos segundo o autor, ocupam um espaço político nos meandros das relações entre Estado e a sociedade civil.

Ainda para o mesmo, tais elementos são considerados como mecanismos de regulação do aparelho estatal em momentos de crises do desenvolvimento capitalista e na consolidação hegemônica dos processos sociais. “Pois as classes dominantes necessitam do consentimento das classes dominadas para exercer sua hegemonia”, (FALEIROS, 2011, p. 32).

Para tanto, Faleiros (2011, p. 32) diz que as instituições não se apresentam como mecanismo de coerção, nem muito menos prestadora de serviços compensatórios das desigualdades sociais. São instrumentos das políticas sociais, mascaradas ainda com aparência “humanística”, condição esta, para a sua aceitação. Neste escopo, os serviços de saúde são transformados em “mercadorias”, aparentemente acessíveis à população carente. Entretanto, para adquiri-los, é necessário se enquadrar às normas institucionais.

Em vista disto, a saúde é mercantilizada através da relação de compra e venda de seus serviços, transformando-se em mola propulsora da materialização das relações sociais em que Faleiros (2011, p. 33), aponta o Estado como principal financiador.

Vale salientar que, a partir dos anos 90 com o advento do projeto neoliberal que apresentou enquanto proposta principal norteadora da redução do papel do Estado nas relações entre Sociedade e Mercado, a intervenção deste órgão passa a ser mínima no que diz respeito às ações econômicas e sociais. Percebe-se que gradativamente, a década de 90 começa a fomentar a privatização dos serviços de saúde.

Dessa forma, o projeto neoliberal em curso, impacta em todos os setores da sociedade, sobretudo, na classe trabalhadora. No caso do Serviço Social, tais transformações rebatem sobre a sua atuação no exercício do trabalho, à medida que a empregabilidade formal está cada vez mais ameaçada.

Partindo da premissa acima, Iamamoto (2012, p. 32), afirma que “o estímulo à figura do trabalhador polivalente, capaz de realizar múltiplas atividades ao mesmo tempo e pelo mesmo salário, rompe as rígidas barreiras das especializações profissionais”.

Com efeito, observa-se que neste cenário de desmonte de direitos os profissionais de Serviço Social também sofrem impactos advindos da reformulação do Estado, tendo

em vista que estão subordinados às tendências impostas pelo mercado de trabalho, cujo discurso se condensa pela lógica da individualidade e da produtividade além da esfera competitiva imposta para os próprios trabalhadores. É neste cenário de desmonte de direitos que os/as assistentes sociais continuam desenvolvendo o seu trabalho nas instituições de saúde, junto a outros trabalhadores desta mesma área, e conseqüentemente, a execução da sua prática limita-se as imposições instituídas pelos setores empregadores.

2.2 Projeto Ético-Político e o Código de Ética: elementos imperativos ao exercício profissional

O Projeto Ético–Político e o Código de Ética são componentes fundamentais e obrigatórios à prática e ao perfil profissional, de forma, que sua materialização norteia o trabalho do/a assistente social normatizando a postura crítica frente aos novos desafios apresentados pela relação capital/trabalho. Ambos são imbuídos de valores éticos e dimensão política.

A ética ganha visibilidade nos debates e produções teóricas da profissão a partir dos anos 80. No seio desta discussão, encontra-se o projeto profissional do Serviço Social denominado de Projeto Ético-Político, iniciado na transição de 1970 a 1980 em um processo de recusa e crítica do conservadorismo. É esse projeto, conforme Guerra (2007, p. 53) crítico e competente, que direciona a profissão para a defesa dos direitos dos cidadãos e para a construção de uma nova sociabilidade.

Ainda segundo a autora, a ausência de um projeto profissional crítico que vise romper com o tradicionalismo das práticas profissionais, limita às possibilidades de diferenciação entre o exercício profissional e a prática filantrópica. Neste sentido, o Projeto Ético-Político imprime um novo perfil profissional capaz de transformar a realidade presente na perspectiva do exercício da cidadania e garantia de direitos, se desvinculando das práticas conservadoras e burocráticas.

Nesta perspectiva, com base em Netto (1999):

O projeto ético-político do Serviço Social tem sua raiz na recusa ao conservadorismo e ao cerceamento dos processos emancipatórios, propondo a construção de uma direção social para a profissão alicerçada num conjunto de valores éticos emancipatórios de liberdade, democracia e cidadania.

Percebe-se que as colocações dos autores mencionados acima expressa à condição de excelência do Projeto Ético-Político para realização do trabalho profissional, e sua contribuição para o rompimento com o pragmatismo.

Traduz-se então, em importantes instrumentos capazes de direcionar o profissional no enfrentamento dos velhos e novos desafios, quais sejam as antigas novas expressões da questão social culminada com a formação profissional crítica e competente. Desse modo:

[...] a ruptura com a herança conservadora expressa-se como uma procura, uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do Assistente Social, que reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca colocar objetivamente, a serviços dos interesses dos usuários, isto é, dos setores dominados da sociedade. (IAMAMOTO, 1997, p. 37)

Nesta leitura, a autora aponta que devido à lógica das relações sociais na sociedade capitalista bem como o reconhecimento da divisão do trabalho, os/as assistentes sociais necessitam de uma base que “possibilite realizar uma intervenção profissional de qualidade, competência e comprometida com valores humanos” Guerra (2007, p. 15), ou seja, orientados por um projeto crítico na perspectiva de emancipação dos indivíduos tendo à ética enquanto elemento central para a liberdade dos indivíduos.

Assim, o exercício profissional compreendido pelo Projeto Ético-Político e pelo Código de Ética, impulsiona uma nova atuação a partir dos pilares da universalidade, justiça social, equidade, democracia, liberdade e cidadania, entre outros princípios.

Tais elementos, são considerados imperativos ao exercício profissional porque conforme os marcos regulatórios acima descritos, é essencial que todos/as que exercem a profissão devem seguir, pois, além de legitimar a prática profissional abre espaços para possibilidades para uma nova ordem societária.

Neste sentido, o desafio é a apreensão e efetivação desses elementos pelo coletivo dos profissionais no âmbito da sua prática cotidiana, tendo em vista que a materialização destes na atual conjuntura, exige dos/as assistentes sociais dentro de seus limites e possibilidades, o exercício do trabalho distanciando do fazer fragmentado e ao mesmo tempo, antenado às novas exigências impostas pelo mercado de trabalho na contemporaneidade, conforme discute (IAMAMOTO, 2012, p. 77-78).

2.3 O Aprimoramento Intelectual

A década de 80 é marcada pela ascensão dos movimentos sociais fortalecidos pelas lutas, que se materializavam através das mobilizações de diversos segmentos, que culminaram na aprovação da Constituição Federal e, por conseguinte, na consolidação da democracia no país.

Neste panorama, o período em destaque, pode ser entendido como “o divisor de águas” para o Serviço Social brasileiro, ou ainda como Iamamoto (2009, p. 50) pontua, “... foi extremamente fértil na definição de rumos técnico-acadêmicos e políticos para o Serviço Social”, tendo em vista que se trata de um contexto em que os/as assistentes sociais vão buscar uma nova base de reorientação para a profissão. Assim, os debates e discussões da categoria, se pautavam em torno da formação profissional e do seu trabalho, bem como, versava sobre novos rumos da profissão com base no aprimoramento intelectual.

No que pese o último elemento citado na linha anterior, salienta-se que o Serviço Social amadureceu e avançou entre os anos de 80 e 90. Dito de outro modo,

Um olhar retrospectivo para as duas últimas décadas, não deixa dúvidas, ao longo desse período, o Serviço Social deu um salto de qualidade em sua autoqualificação na sociedade. Essa adquiriu visibilidade pública por meio do novo Código de Ética do/a Assistente Social, das revisões da legislação profissional e das profundas alterações verificadas no ensino universitário na área (IAMAMOTO, 2009, p. 51).

Ademais, a autora pontua o aumento significativo pela procura de literaturas cujas produções, se condensavam no âmbito do Serviço Social disponível no mercado até os dias atuais.

No que concerne à aproximação intelectual, o ensino universitário é o elemento responsável principal:

...pela qualificação teórica de pesquisadores e de profissionais, nos níveis de graduação e pós-graduação lato e scrito sensu... exige-se uma posição crítica e vigilante à contra reforma universitária em curso que mercantiliza a educação, desqualifica a instituição universitária e a formação de quadros acadêmicos e profissionais (IAMAMOTO, 2012, p. 225).

Acentua-se ainda que o assistente social no exercício da profissão demanda constante aprimoramento profissional, pois a sua atuação não pode ser reduzida a uma prática imediatista.

Um dos princípios fundamentais que norteiam o exercício profissional dos/as assistentes sociais, expressos no Código de Ética de 1993 é: “o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional”.

A prática profissional ancorada neste movimento possibilita aos/as assistentes sociais a apropriação de um conjunto de saberes e conhecimentos, pautados nas condições éticas e políticas. Para Iamamoto (1999):

O perfil predominante do Assistente Social historicamente é o de um executor terminal das políticas sociais, que atua na relação direta com a população usuária. Hoje se exige um trabalhador qualificado na esfera da execução, mas também na formulação e gestão de políticas sociais e empresarias; um profissional propositivo, com sólida formação ética capaz de contribuir ao esclarecimento dos direitos sociais e dos meios de exercê-los, dotados de uma ampla bagagem de informação, permanentemente atualizada, para se situar em um mundo globalizado (IAMAMOTO, 1999, p. 113).

Essa reflexão, se torna necessária à medida que o trabalho dos/as assistentes sociais se cristaliza sob novas bases teórico-metodológicas, ético-político e técnico-operativo, porquanto o desempenho do exercício profissional exige postura crítica e competente desse segmento de trabalhador.

A condição de mero executor terminal das políticas sociais de corte público e privado, fica em segundo plano já que, no debate atual, o profissional passa a ocupar novos campos de trabalho, sobretudo nos espaços do planejamento e da gestão. Nessas condições:

O momento presente desafia os assistentes sociais a se qualificarem para acompanhar, atualizar e explicar as particularidades da questão social nos níveis nacional, regional e municipal, diante das estratégias de descentralização das políticas públicas. (IAMAMOTO, 2008, p. 41)

Nesta perspectiva, é imperativo a relevância do aprimoramento intelectual para atender as demandas atuais e para uma prática consciente comprometida com a qualidade do atendimento oferecido ao usuário e com a defesa intransigente dos direitos. Sobre este assunto, Netto (1999) afirma que:

A competência como base no aprimoramento intelectual, dando ênfase a uma formação acadêmica qualificada, alicerçada em concepções teórico-metodológicas críticas e concretas, além de uma postura investigativa do assistente social, assumindo um compromisso com o usuário e com a qualidade dos serviços prestados. (NETTO, 1999, p. 105)

Considera-se, portanto a competência profissional como um processo inacabado, de construção e reconstrução de habilidades. Logo, o aprimoramento em pós-graduação, mestrado, doutorado, cursos, seminários e conferências, são imprescindíveis para os/as assistentes sociais, porquanto estes requisitos, reforçam a compreensão da dinâmica da sociedade e contribuem para a materialização do exercício profissional a partir do movimento dialético, cujas forças propulsoras, impõem desafios cotidianos.

Supõe assim, pensar no Serviço Social no contexto contemporâneo sob uma nova diretriz do exercício profissional, postas às exigências demandadas pelo mercado de trabalho atual, sem, no entanto, afastar-se do projeto profissional que impõe aos/as assistentes sociais a ruptura com o lastro conservador e na direção de um projeto profissional comprometido com os interesses das classes subalternas.

No entanto vale ressaltar, que muitos profissionais cotidianamente no exercício do seu trabalho, se deparam com obstáculos no próprio espaço sócio-ocupacional. Esta variável impede o desenvolvimento do trabalho comprometido com o projeto ético-político e permite uma lacuna na capacidade dos assistentes sociais desenvolverem trabalhos com propostas inovadoras e capazes de concretizar direitos.

Salienta-se, no entanto, que os assistentes sociais por excelência possuem uma dimensão política, e assim se apropria da visão crítica da realidade e mesmo operando na lógica dos limites e possibilidades, pode exercer uma ação transformadora.

Por fim, as entidades organizativas da categoria como o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) apontam a importância do aprimoramento intelectual indissociável ao trabalho do assistente social enquanto possibilidade de um profissional sintonizado no mundo globalizado e capacitado para elaborar propostas criativas e desenvolver habilidades no enfrentamento da Questão Social.

3 I METODOLOGIA

Para averiguar se durante o exercício da prática profissional, os/as Assistentes Sociais se apropriam do Projeto Ético-Político para a formulação de propostas de trabalho que vão além das demandas institucionais e identificar os instrumentos incorporados pelos Assistentes Sociais, que coadunam na materialização da relativa autonomia, recorrer-se-á pesquisa descritiva de natureza qualitativa.

Segundo Gil, (1991, p. 46), pesquisas descritivas adotam como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, possibilitando utilizar técnicas de coletas de dados como o questionário, analisá-los e interpretá-los. Já o método qualitativo é o mais indicado para tratar de dados subjetivos, uma vez que, permite um contato direto com o sujeito pesquisado, através do qual, o mesmo pode revelar-se tanto em sua fala, quanto em seu silêncio, contribui ainda para obter uma referência a respeito do objeto pesquisado e do mundo que o cerca, quais sejam as atitudes, valores, aspirações e crenças. Além disso, é útil em situações que envolvam o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de novas ideias (GIL, 1999, p. 206).

3.1 Abordagens e procedimentos de coleta de dados

Participaram dessa pesquisa 07 (sete) Assistentes Sociais de um hospital público no município de Ilhéus-BA. Essa cidade está localizada no litoral Sul do Estado, que segundo o último censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possui uma população de 184.236 mil habitantes. A cidade é conhecida pelas literaturas dos romances de Jorge Amado, e como a cidade do cacau apadrinhada pelos habitantes antigos como a “Princesinha do Sul”. A economia está sedimentada na agricultura, turismo e indústrias. O Município possui uma vasta rede litorânea sendo considerado um forte pólo turístico, sobretudo no período da alta estação.

Os dados foram coletados no mês de abril de 2014. Como instrumento para a coleta de dados, foi utilizado um questionário semiestruturado, tendo em vista a possibilidade de melhor compreensão dos/as participantes nas perguntas. Sua aplicação ocorreu de forma individual com a finalidade das respostas não serem influenciadas e com o intuito de se obter informações específicas para o alcance dos objetivos. O público alvo entrevistado foi previamente informado sobre os objetivos da pesquisa. Importa destacar o respeito às respostas na sua integralidade.

No que diz respeito à análise dos dados, foram tratados qualitativamente de forma descritiva. As informações colhidas na entrevista foram categorizadas no sentido de destacar as características comuns apresentadas. Dessa forma, foi possível a identificação de semelhanças dos dados, assim o Microsoft Word, torna-se relevante para organizar os dados coletados.

3.2 Análise e discussão dos dados

A instituição hospitalar é um dos espaços sócio-ocupacionais, em que os assistentes sociais estão inseridos, enquanto um dos campos de maior atuação do Serviço Social. Lugar também em que a política de saúde se materializa. Assim sendo, o *locus* escolhido para esta pesquisa foi um hospital público em Ilhéus-BA.

Como forma de garantir o anonimato das profissionais, serão referenciadas como: “AS”- A, B, C, D, E, F, e G.

Vale ressaltar, que todas as assistentes sociais que trabalham nesse hospital em questão revelaram estarem intelectualmente aprimoradas através de cursos de extensão, capacitação, seminários, pós-graduação, congressos..., como possibilidade de *“atualização dos procedimentos e conhecimentos e como garantia de um atendimento melhor ao usuário”* “AS-A”. Desse modo, ainda defendem a formação continuada como *“requisito ao aperfeiçoamento profissional”* “AS-C”.

Com base ao aprimoramento intelectual, percebe-se que as profissionais dão ênfase a uma formação acadêmica qualificada, (...) assim um compromisso com o usuário e com a qualidade dos serviços prestados. (NETTO, 1999, p. 105).

Mesmo porque, as transformações contemporâneas têm exigido um profissional crítico, atualizado e comprometido com as novas demandas sociais, capaz de desvelar os enigmas postos no campo da saúde.

No que se refere à apropriação do Projeto Ético-Político no cotidiano do exercício profissional, todas as entrevistadas afirmaram atuar com base no projeto profissional. É esse projeto conforme Guerra (2007, p. 53), crítico e competente que direciona a profissão para a defesa dos direitos dos cidadãos, e para a construção de uma nova sociabilidade. Conforme “AS-D” atua:

Fazendo jus ao meu Código de Ética, participando das reuniões dos conselhos, fazendo a relação teoria X prática, orientando constantemente os pacientes e seus familiares como cidadãos sujeitos de direitos e a buscar por estes, e na cooperação na organização coletiva. (ASSISTENTE SOCIAL “D”, 2014)

Tem-se o entendimento que as assistentes sociais no exercício profissional desenvolvem suas práticas voltadas para a defesa intransigente de direitos, impulsionado pelo Projeto Ético-Político, como também, tem o Código de Ética como base de sustentação do seu trabalho.

No que tange a relativa autonomia e o Projeto Ético-Político, as “AS” A, B, C, D, E e F”, com exceção da “AS-G”, responderam que atuam em consonância. Afirmam existir uma articulação, uma concordância entre o Projeto Ético- Político e autonomia relativa no cotidiano da prática profissional. Sobre este assunto, a “AS-C” afirmou que: *“Sim, para embasar as intervenções feitas na unidade, à abordagem e o direcionamento dos encaminhamentos”*.

Especificamente a “AS-G”, respondeu que “sim, em parte”. *“Pois nem sempre o projeto ético político é coerente com a nossa realidade”*. Sobre esse aspecto torna imperativo discutir vez que Iamamoto (2012, p. 97-98), sinaliza que *o assistente social dispõe de relativo poder de interferência na formulação e/ou implementação de critérios técnico-sociais que regem o acesso dos usuários aos serviços*.

Entende-se que o Projeto Ético-Político confronta-se ao modelo neoliberal, destacando-se pelo seu caráter focalizado, tendência o requisito do/a assistente social em outras demandas longe da dimensão do seu projeto político. Dessa forma, exige dos profissionais direcionar esforços para a continuidade de apreensão do Projeto Profissional, bem como para a materialização de sua autonomia ainda que relativa.

Ao considerar uma autonomia técnica, a participação dos processos decisórios no âmbito da instituição empregadora, ainda carece de reflexão, tendo em vista que esta lacuna é observada nos espaços de trabalho, sobretudo na esfera da saúde cujos assistentes sociais ainda apresentam um estranhamento acerca da sua identidade profissional e, por conseguinte, a ocupação do seu espaço conforme aponta Raichelis (2011), *tendência a um trabalho marginal*.

Neste caso, os profissionais no exercício do seu trabalho atendem determinações da instituição e ao mesmo tempo, devem estar atentos à incorporação do seu Projeto Ético-Político de cunho emancipatório. *“Dentro da instituição existem as determinações institucionais quanto aos protocolos e necessidades da instituição e como nossa atuação ocorre no interior dela devemos integrar junto ao projeto da profissão”*, “AS-C”.

Para Netto (1999):

Os projetos profissionais estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as outras organizações e instituições sociais, privadas e públicas (entre estas também e destacadamente com o Estado, ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais). (NETTO, 1999, p. 95)

O autor traz a discussão da existência de um tensionamento entre os profissionais, em atender ao Projeto Ético-Político e ao mesmo tempo responder as determinações do Estado, as demandas institucionais, bem como as necessidades da classe trabalhadora. Estes conflitos colaboram para a existência das contradições no desempenho do exercício profissional.

Neste mesmo sentido, todas as profissionais afirmaram que sua prática não se afasta ao Projeto Ético-Político o que reflete a certa contradição. Pois, observou-se que as mesmas desenvolvem práticas burocráticas, rotineiras e mecanicistas, as quais de forma alguma proporcionam um atendimento qualificado, muito menos ao acesso universal ao SUS. Contrapondo-se ao Projeto Ético-Político que preconiza a defesa intransigente dos direitos. A “AS-C” usou o termo *“fragiliza”*, corroborando com a “AS-G” que relatou *“nem sempre ser possível seguir à risca o projeto ético político”*.

Assim, lamamoto (2012, p. 23) discorre que o Serviço Social enquanto profissão no modo de produção capitalista depende da ação do Estado, tendo em vista, a regulação da vida social na administração dos conflitos de classes, que derivam da relação capital/trabalho durante o processo de industrialização e urbanização do país.

Portanto, mesmo que o Serviço Social tenha se efetivado como profissão, bem como, construído um projeto societário conjuntamente ao código de ética que respalde a prática profissional do/a Assistente Social na sociedade capitalista dividida em classes, no nível crítico/reflexivo, propositivo e de cientificidade, percebe-se que estes/as profissionais ainda carregam traços do conservadorismo, cujos olhares ainda caminham na direção de uma visão aprisionada na mesmice de atividades burocráticas e rotineiras com pouca perspectiva de ação inovadora.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Serviço Social na saúde, hoje, é o segundo maior campo de trabalho para o Assistente Social (ficando atrás apenas da Assistência Social). Desse modo, no decorrer deste estudo, buscou-se discutir à luz de um aporte teórico especializado cabendo aqui destacar as autorias de Marilda Villela lamamoto, José Paulo Netto e Maria Inês Bravo.

Foi identificado que os/as Assistentes Sociais que participaram da pesquisa, se apropriam do Projeto Ético-Político da profissão em consonância com o Código de Ética, para a materialização da relativa autonomia enquanto instrumentos balizadores desta categoria para a defesa dos direitos dos usuários. Entretanto, no decorrer da pesquisa, não se percebeu por parte das profissionais pesquisadas, a formulação de propostas de trabalho para além das demandas institucionais.

Com efeito, a hipótese foi confirmada contribuindo na resposta da problematização, pois, os/as Assistentes Sociais se apropriam do Projeto Ético-Político, dos instrumentos teórico-metodológicos e da relativa autonomia para defender os direitos dos usuários e o seu espaço de trabalho. Contudo, dentro de uma limitação reconhecida pelas próprias profissionais.

Neste sentido, há que se atentar para a continuidade do aprimoramento intelectual, pois talvez seja este o caminho para lutar contra as armadilhas do projeto capitalista mercantilizado no âmbito das relações de trabalho, que incide de forma fragmentada na defesa dos direitos dos usuários, demandantes da ação profissional.

Por fim, vale ressaltar que embora no panorama atual o discurso contemporâneo operar sob a lógica da produtividade, faz-se necessário apresentar maiores reflexões e discussões coletivas na perspectiva de sustentar os pilares do projeto profissionais e a partir daí, ocupar o seu espaço, reconhecer sua identidade e o seu papel nas instituições que os empregam.

REFERÊNCIAS

BRAVO, M. I. S, et al, (orgs). **Saúde e Serviço Social**. 3. Ed. – São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2007.

BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C. de Projeto ético-político do serviço social e sua relação com a reforma sanitária: elementos para o debate. In **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.

FALEIROS, V. P. de. **Saber Profissional e Poder Institucional**. -10ª. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GUERRA, Yolanda. O projeto profissional crítico: estratégias de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital, trabalho e questão social**. – 7ª ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 22. Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação profissional**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação profissional**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **O trabalho do Assistente Social frente às mudanças do padrão de acumulação e de regulação social**. In: Capacitação em Serviço Social: módulo 1. Brasília: CEAD/UnB/Cfess, 1999.

_____. **O serviço social na contemporaneidade: dimensões históricas, técnicas e ético-políticas**. In: CRESS 3ª Região. Fortaleza, 1997.

NETTO, José Paulo. **A construção do Projeto Ético Político do Serviço Social frente a crise contemporânea**: Capacitação em Serviço Social e Política Social: módulo 1: Crise contemporânea. Brasília: CEAD, 1999.

RAICHELIS, Raquel. **O assistente social como trabalhador assalariado: desafios às violações de seus direitos**. n.107. 420-437 jul/set: São Paulo, Serviço Social e Sociedade, 2011.

SOBRE A ORGANIZADORA

SORAYA ARAUJO UCHOA CAVALCANTI - Doutorado (2015) e Mestrado (2001) em Serviço Social pela UFPE, Especialista em Serviço Social, Direitos Sociais e Competências Profissionais pela UNB. Atua na Saúde Pública há duas décadas no Sistema Único de Saúde – SUS, acompanhando Discentes e Residentes em Saúde. Coordena a Residência Multiprofissional na Rede de Atenção Psicossocial da Secretaria de Saúde da Cidade do Recife, exercendo a docência em nível de Pós Graduação na modalidade de Residência nas disciplinas de Bioética, Promoção da Saúde, Política de Saúde e Saúde Mental, Álcool e outras Drogas. Em 2016 enquanto devolutiva do processo de doutorado implantou o Projeto de extensão Pode Respirar! Discutindo Promoção da Saúde no SUS (em vigência) na Universidade de Pernambuco – UPE, orientando discentes e Residentes na área de saúde na modalidade de extensão universitária, desenvolvendo atividades formativas – cursos, grupos de estudos, oficinas e outros – voltadas para a qualificação de recursos humanos e melhoria da qualidade dos serviços prestados à população usuária do SUS.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ambiente de trabalho 50, 51, 52, 54, 59, 70, 71

Assédio moral 63, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72

Assistente social 16, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 63, 64, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 76, 77, 78, 88, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98

Autoimagem profissional 26, 34

Autonomia profissional 16, 64, 65, 72

C

Comissões de Orientação e Fiscalização - COFI 64

Conselho Federal de Serviço Social - CFESS 35

Conselho Regional de Serviço Social 64, 66, 67

Convenção Quadro para o Controle do Tabaco - CQCT 14

Covid-19 15, 22, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49

Crise pandêmica 36, 37, 38, 39, 40, 43, 47

E

Envelhecimento 12, 50, 51, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62

Extensão universitária 1, 17, 21, 99

F

Fumante passivo 19

I

Imagem social 24, 25, 26, 27, 29, 31, 32, 33, 34, 35

L

Longevidade 51, 55, 56, 58

N

Neoconservadorismo 16

Neoliberalismo 18, 38, 39, 49, 64, 70

Notificações compulsórias 5

O

Organização Mundial de Saúde (OMS) 3, 18, 19, 88

P

Parâmetros para a atuação do Assistente Social na Política de Saúde 26

Pessoa idosa 10, 51, 55, 56, 57, 58

Pessoas em situação de violência 1, 5, 6, 7, 11

Política de saúde 1, 5, 16, 18, 20, 22, 24, 26, 27, 29, 30, 32, 33, 34, 42, 49, 84, 89, 95, 99

Política nacional de fiscalização 64, 65, 71

População prisional 79

Projeto de extensão 1, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 15, 20, 21, 50, 99

R

Reforma sanitária 42, 43, 49, 88, 98

S

Serviços de saúde 1, 2, 5, 6, 22, 34, 38, 44, 89

Serviço social 3, 5, 8, 11, 12, 13, 16, 17, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 97, 98, 99

Serviço social português 73, 74, 76

Sistema prisional 78, 80, 81, 84, 85

Sistema Único de Saúde - SUS 1, 5, 7, 11, 13, 14, 15, 17, 20, 22, 23, 38, 42, 43, 88, 99

Sociedade contemporânea capitalista 2

T

Tabagismo 8, 13, 14, 15, 18, 19, 20, 22, 23

Terceira idade 51, 55, 56, 58, 60

Trabalho 2, 3, 4, 6, 11, 12, 15, 16, 18, 19, 22, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 80, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98

V

Velhice 50, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61

Violência 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 30, 39, 50, 57, 66

Violência doméstica 6, 9, 10, 12

Violência estrutural 1, 2, 3, 8

A Atuação do Assistente Social na Saúde: Contribuições para o Debate

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



A Atuação do Assistente Social na Saúde:

Contribuições para o Debate

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

